

## **FRATURAS NA PERIFERIA: ESTRATÉGIAS DE REPRODUÇÃO SOCIAL CRÍTICA NUMA PERIFERIA DE BELO HORIZONTE / MG**

Thiago Canettieri

UFMG

thiago.canettieri@gmail.com

Gabriel Lucas Martins

UFMG

gabluclmartins21@gmail.com

Bárbara Moreira de Andrade

UFMG

barbara.moreira.andrade@outlook.com

**RESUMO:** Neste artigo analisamos um território periférico em Belo Horizonte. Esse território é formado por diferentes tipologias de ocupação que são contíguos uns aos outros, indicando a coexistência de diferentes regimes de reprodução. Nosso objetivo é analisar a complexidade interna das periferias, ressaltando as diferentes formas de reprodução social crítica que a população mobiliza. Assim, buscamos sugerir que há uma heterogeneidade interna às periferias que merece ser mais bem contextualizada. Nossa análise parte, dessa maneira, de uma interpretação crítica das formas sociais de reprodução que se desenrolam a partir da observação da vida cotidiana desses sujeitos periféricos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Periferias; Reprodução Social Crítica; Vida Cotidiana

GT – “03”: “Crise e Crítica: a urbanização contemporânea e os limites da reprodução social”

### **INTRODUÇÃO**

A noção de periferia ocupa um lugar de relativo destaque no campo de estudos urbanos brasileiros (seja na geografia, no urbanismo, na sociologia, na economia entre outros). Esse peso conceitual é tributário da forma social própria de um país subalterno e dependente, como é o caso brasileiro. A estrutura urbana é uma expressão clara e concreta da profunda desigualdade que atravessa todo o tecido social.

Como se sabe, o engate colonial à modernização capitalista imposto aos países da América Latina acabou constituindo um caminho de desenvolvimento que reproduz o subdesenvolvimento. Essa é a razão para a modernização, por aqui, depender intrinsecamente da recolocação do arcaico. Assim, a noção de periferia - que é funcionalizada e mobilizada para a reprodução do capital numa economia dependente - passa a designar fenômenos típicos do contexto urbano, indicando peculiaridades do nosso fenômeno de urbanização: cidades derramadas, autoconstrução, informalidade da habitação, ausência de meios de consumo coletivo, entre outros. Assim, importa-nos compreender que a noção conceitual “periferia urbana” é resultado de processos concretos presentes na história brasileira que se consolidam nos anos 1930, e intensificam-se a partir da segunda metade do século XX (OLIVEIRA, 2003). Em geral, designa-se um padrão espacial de ocupação do solo à margem dos processos legais e regulamentados. São espaços de alta densidade habitacional, ainda que distantes das áreas centrais e infraestruturas, inchados pelos intensos fluxos migratórios em direção às metrópoles. São espaços marcadamente precários devido a ausência de infraestrutura urbana e expressam o antagonismo entre centro e periferia (MARICATO, 2003).

Apesar de ocupar uma posição estrutural no desenvolvimento capitalista, durante um tempo se acreditou que o progresso seria possível, ora privilegiando a criação de emprego, ora na atuação pela ampliação dos direitos, ora apostando na atuação dos novos sujeitos coletivos. Essa expectativa constitui um vetor de força que atravessa momentos da história brasileira: a constituição da cidadania laboral; o milagre brasileiro; a redemocratização; o governo federal popular. No entanto, essa concepção estaria assentada numa expectativa de inclusão da periferia que não se mostrou efetiva. Assim, as cidades brasileiras são marcadas pela segregação. Podemos entender “segregação urbana” como uma tendência à organização do espaço em zonas de relativa homogeneidade social e interna e de forte disparidade social entre elas, sendo esta disparidade entendida não apenas como diferença, mas como hierarquia. A separação entre centro e periferia é expressão dessa segregação.

Entretanto, vale ser ressaltado que estudos recentes, inspirados pela etnografia urbana, tem demonstrado que mesmo esses espaços segregados possuem diferenças internas, fronteiras e fraturas no seu interior. No nosso caso, a periferia é também um espaço de heterogeneidade interna. Diferentes estratégias de reprodução social estão presentes, diferentes identidades estão

em relação, diferentes sentidos de mundo são construídos, diferentes concepções conflitantes de normatividade coexistem. Essa constatação revela um cenário caleidoscópico e não unidimensional, ainda que parte das figurações construídas sobre a periferia no senso comum, nas políticas públicas e até mesmo na academia sejam redutoras de sua complexidade - por exemplo, reduzidas a espaço da violência e/ou espaço que “precisam” de desenvolvimento social (FELTRAN, 2014). Aqui, gostaríamos de sugerir que periferia é um conceito de enorme polissemia: pode referir, sem muito problema, das ocupações de sem teto até o pedreiro com dois carros na garagem; de um catador de material reciclável à uma liderança comunitária num cargo de vereança; de um aposentado que cuida das netas ao jovem vindo do interior para cursar a faculdade; do ex-trafficante agora pastor ao ex-pastor agora trafficante; de um vendedor ambulante ao proprietário de um pequeno comércio de bairro; de um usuário de crack à um haitiano refugiado.

Ressaltar as heterogeneidades, todavia, não implica em ignorar que processos estruturais ligados às dinâmicas de acumulação de capital - sobretudo num país periférico - criam novas homogeneidades nos territórios populares fazendo incidir formas de precarização e informalidades. A periferia, portanto, também designa os espaços nos quais determinadas práticas socioespaciais se generalizam, marcadas pela segregação urbana.

Nosso objetivo é analisar a complexidade interna das periferias, ressaltando as diferentes formas de reprodução social crítica que a população mobiliza. Para tanto, buscamos compreender as fronteiras internas das periferias. Trata-se de uma pesquisa ainda em curso, em estágio inicial, na qual definimos como campo de investigação uma periferia específica de Belo Horizonte<sup>1</sup>. Na região norte da capital mineira encontramos o bairro Zilah Spósito. O bairro periférico é ocupado por classes populares, mas em diferentes condições. No local estão lado a lado, diferentes “formas” de ocupação do espaço tipicamente periféricas: há um loteamento público resultado de um processo de ocupação; encontramos três conjuntos habitacionais construídos pelo poder público para famílias residentes em áreas de risco ou removidas por obras estruturais; existe uma favela residual na área; e ainda existem duas ocupações urbanas

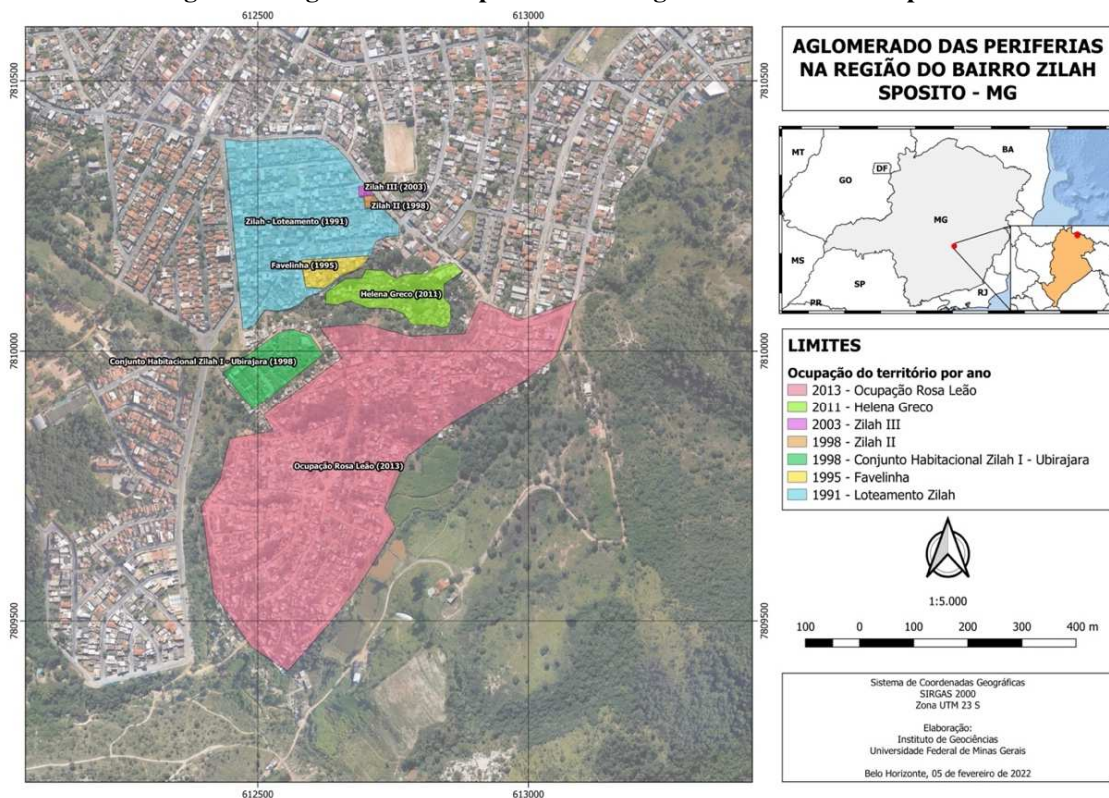
---

<sup>1</sup> Os procedimentos metodológicos que estamos utilizando foram: i) observação direta e participante de rotina de indivíduos e famílias; ii) entrevistas semiestruturadas ou abertas com interlocutores previamente selecionadas; iii) conversas informais com interlocutores; iv) levantamento de dados e documentação oficial; v) coleta de documentação formal e informal de interesse.

recentes de sem-tetos que autoproduzem seus territórios. Todos esses territórios coexistem e são contíguos uns aos outros.

Esse padrão periférico, parece-nos, pode servir como uma maneira de compreender a complexidade interna das periferias, permitindo investigar as linhas de fraturas que formam as fronteiras periféricas que separam e, ao mesmo tempo, os processos de homogeneização em curso.

**Figura 01: Aglomerado das periferias na região do Bairro Zilah Spósito**



Fonte: Elaboração dos autores

Para essa análise, construímos uma abordagem de inspiração etnográfica investigando a dinâmica da vida cotidiana dessa região. Acompanhado de interlocutores desses territórios, realizamos visitas de campo para compreender a organização da vida cotidiana, observar as diferentes estratégias de reprodução social que são mobilizadas pelos sujeitos periféricos e, finalmente, analisar a porosidade das fronteiras que delimitam espaços internos à periferia.

O artigo se estrutura em cinco partes, incluindo essa introdução. Partimos de uma breve discussão sobre a vida cotidiana e reprodução social num contexto periférico. Na sequência,

apresentamos a formação da área de estudos, seguida de uma seção dedicada a discutir algumas das estratégias de reprodução dos grupos periféricos encontradas na pesquisa. Na seção seguinte buscamos apresentar a noção de “reprodução social crítica” como uma possível chave de leitura para a realidade periférica contemporânea. Por fim, apresentamos as considerações finais.

## **PERIFERIA, VIDA COTIDIANA E REPRODUÇÃO SOCIAL**

Partindo do contexto denominado de industrialização tardia, o crescimento econômico-industrial brasileiro esteve diretamente ligado à formação das periferias urbanas. Esse padrão de crescimento econômico, baseado na acumulação industrial concentrada nas antigas áreas cafeeiras do centro-leste do estado de São Paulo e centro-oeste do Rio de Janeiro, só teve a possibilidade de atingir os patamares de competitividade com a instauração de regimes de trabalho de exploração intensa. É o que Chico de Oliveira (2003) chamou de industrialização dos baixos salários. A demanda por habitações para as classes populares aumenta devido ao fenômeno do êxodo rural, que leva à migração para as cidades em busca de trabalho. Entretanto, a maior parte não é absorvida imediatamente pela indústria em vias de consolidação, formando um amplo exército de reserva. A solução empregada, na forma periférica da urbanização adotada no Brasil, foi rapidamente abandonar a construção das vilas operárias. “As empresas transferiram o custo da moradia, conjuntamente aos gastos com transporte, para o próprio trabalhador” (KOWARICK, 1979, p. 35). Dessa forma, generaliza-se a solução periférica: de forma homóloga à industrialização de baixos salários, acontece a urbanização dos baixos salários (MARICATO, 1996), marcada pela autoconstrução da casa, pela ocupação irregular da terra, pela extensão horizontal de bairros sem urbanização, cuja ocupação é viabilizada pelo precário transporte sobre rodas, indispensável para transportar a força de trabalho. A urbanização dos baixos salários representa, assim, a forma que a classe trabalhadora, empregada ou desempregada, arranjou para continuar na cidade, de forma a integrar os circuitos de exploração do capital.

Como é da natureza da colonialidade, a industrialização nunca aconteceu na escala nacional que se esperava, ou que se prometia. Por isso, datam daí os primeiros “afogados” do desenvolvimento. Perdendo a integração anterior e sem serem absorvidos pela indústria, restam de mãos vazias. Hoje, no século XXI, a economia não promete mais nenhum emprego, ao contrário, elimina-os. Esses sobrantes devem se virar, se debater, de toda forma possível e

imaginável, para continuarem vivos. Vivem de todos os tipos de trabalho marginal, informal, frequentemente à margem da legalidade e, não raro, expostos a toda sorte de periculosidade – o que explica a baixa expectativa de vida destes trabalhadores.

A situação continuou se agravando. Chega-se a tal ponto de produzir em solo nacional uma prescindibilidade da população trabalhadora por parte do capital sem precedentes. A dinâmica própria do capital, concorrência bruta e cruenta, se metamorfoseou na sua forma mais acabada: de morte social à morte real da população, iniciada a partir do genocídio negro e do encarceramento em massa – sem contar as dinâmicas territoriais de controle que transformam as periferias em verdadeiros territórios de guerra em estado de sítio. “O ponto é que a maior parte desses pobres não é realmente explorada no sentido pleno do capitalismo. O que não significa absolutamente reconhecê-los. Mas o capital não os quer. Se eles fossem explorados, estariam em situação melhor” (SCHWARZ, 2019, p. 123). Estes pobres não são nem potencialmente trabalhadores. O capital não tem possibilidade nem intenção de incorporá-los. Não há mais uma superpopulação relativa, mas uma superpopulação absoluta que estruturalmente é mantida fora das formas básicas de mediação social, a saber, as relações sociais capitalistas.

Uma vez que não conseguem vender sua força de trabalho dado o desenvolvimento técnico das forças produtivas, são deixados à margem. Não se trata apenas de desemprego: i) o trabalho é a forma básica de mediação social; ii) por meio do trabalho, ou melhor, da compra e venda da força de trabalho, garante-se a reprodução material dos indivíduos; iii) a partir do trabalho se forma e consolida o reconhecimento intersubjetivo. Estar fora deste meio implica, portanto, estar fora das formas de mediação social, de reprodução da vida e de reconhecimento intersubjetivo. Literalmente: deixados à margem.

Como visto até aqui, essa condição já é velha conhecida das periferias brasileiras e de outras grandes cidades dos países periféricos. Resultado da formação social oriunda da colonização, a vida precária, a condição supérflua e os regimes de viração são tão recorrentes quanto intensos.

Dito isso, seria possível dar sequência ao argumento para pensar que as periferias formam uma rede de mediações tanto materiais como subjetivas, que sustentam a vida cotidiana

dentro das determinações do capital. Talvez a especificidade da periferia produza uma experiência única de despossessão, no sentido mais forte e direto da palavra. Isso porque os indivíduos que residem nas periferias estão sujeitos a toda sorte de espoliação: vivem numa desigual barganha pelo emprego, tendo de se haver com trabalhos informais e precários, entre bicos e virações de todo tipo; a certeza é uma vida assombrada pelo fantasma da falta de emprego (ABILIO, 2018). Já aqueles que estão empregados formalmente, mesmo com baixa remuneração e alta carga de trabalho (ANTUNES, 2018), passam por longos e penosos deslocamentos em virtude da distância de suas moradias em relação aos seus postos de trabalho (LAGO, 2009). Além disso, é preciso ter em conta outras dimensões da vida cotidiana na periferia que revelam a precariedade constitutiva e necessária da forma de manifestação periférica do capital: a vida dessa população é marcada pela insegurança alimentar (PEREIRA; SANTOS, 2008), pelo aumento do consumo de drogas ilícitas (CASTRO; ABRAMOVAY, 2002), por uma medicalização psicotrópica em excesso (MENDONÇA, 2009), pelo aumento do endividamento dos indivíduos e das famílias (SANTOS, 2014) e, ainda, pela espiral de violência à que os periféricos estão sujeitos – alvos das guerras entre o tráfico, das milícias, das “forças de segurança” (MENEGAT, 2019) e da gestão punitivo-carcerária (WACQUANT, 2007).

Para sobreviver, então, é necessário lançar mão de várias estratégias: ocupar terrenos para fugir dos aluguéis; selecionar os gastos meticulosamente entre remédio; decidir entre o reparo na habitação ou a carne na alimentação; fazer uma verdadeira via-sacra pelos supermercados para aproveitar diferentes promoções; abrir um microempreendimento; construir um barracão de fundo para colocar para alugar, entre outras estratégias. Cada uma dessas faz parte do repertório possível para a reprodução social na periferia. Essas são dinâmicas de sobrevivência que atravessam (ou não) o mundo do trabalho, mas não se detém nele, não se conformam (pois, afinal, ficam “sem forma”) por suas determinações internas. Na “viração”, na “correria”, entre uma “fita” e outra, pulando de “bico” em “bico”, de “frila” em “frila”, batalhando e lutando por um lugar ao sol, a reprodução da “vida sem salário” (DENNING, 2010) na periferia do capitalismo envolve a mobilização de diferentes estratégias.

## **FORMAÇÃO DA REGIÃO DO ZILAH SPÓSITO**

O bairro Zilah Spósito tem origem no ano de 1991, quando grupo de pessoas de baixa renda foram assentadas em lotes de 160 metros quadrados pela Urbel, a Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte – entidade responsável pela política habitacional do município. A maior parte dos novos moradores eram residentes da Vila SESC e adjacências, que foram retiradas para a abertura de uma nova avenida, além de pessoas removidas de uma ocupação de sem-teto no bairro Mineirão e famílias que viviam em áreas de risco além de 17 famílias em situação de rua assistidos pela sociedade São Vicente de Paula.

**Figura 02: Acampamento de sem-casas na região do Zilah Spósito (1993)**



Fonte: Acervo do Centro Cultural Zilah Spósito

Em 1993 existiam 112 famílias vivendo, a maior parte em barracos de madeira e debaixo de lona preta. Isso porque a prefeitura, apesar da divisão dos lotes para as famílias cadastradas não construiu as habitações imediatamente e forneceu aos moradores as lonas pretas. Ainda em 1993 foi iniciada, em regime de mutirão, a produção das habitações em alvenaria. Devido às inúmeras dificuldades na produção das casas nesse formato, a prefeitura mudou o formato e a construção se deu por meio da contratação de uma empreiteira.

As casas foram sendo finalizadas e as primeiras famílias foram sendo assentadas de forma definitiva. Pessoas que viviam no entorno, em geral pagando aluguel, viram uma oportunidade e passaram a ocupar um pedaço de terra residual. Entretanto, esse grupo não estava contemplado na política habitacional e não receberam as casas de alvenaria. Dava assim origem a um pequeno processo de favelização no entorno do loteamento público, que ficou conhecido como “favelinha”. A favelinha se constituiu entre 1994 e 1995 e nesse momento



abrigava cerca de 70 pessoas, a maior parte vivendo em barracões de madeira e lona. E foi nesse local que ocorreu um incêndio em 1997, sendo mantidas desassistidas pela política habitacional. Um acidente com fogão a lenha provocou um incêndio de proporções consideráveis e muitas famílias perderam tudo o que tinham, a maior parte dessas pessoas atingidas pelo incêndio acabaram voltando a residir no mesmo local.

Em 1998 foi produzido no local o conjunto habitacional Ubirajara (Zilah I) de 100 casas geminadas, oriundas do programa de Orçamento Participativo da Habitação da prefeitura de Belo Horizonte e contou com assessoria técnica do coletivo USINA. No mesmo ano foi produzido também o conjunto Zilah II, composto por dois prédios com 8 unidades habitacionais cada. Ambos os conjuntos contemplaram famílias inscritas em núcleos de sem-casa cadastrados na prefeitura, vindas de diferentes regiões da cidade. Em 2003, mais um prédio com 16 unidades foi produzido pela política habitacional, o Zilah III. Ele também foi ocupado por famílias inscritas no cadastro da prefeitura.

**Figura 03: Conjuntos habitacionais no Zilah Spósito**



Fonte: Acervo USINA / Acervo dos autores

Em 2011 se iniciou a ocupação Helena Greco, próxima a “favelinha”. A ocupação está inserida numa área de encosta, de difícil acesso, às margens do “Córrego do Toicinho”, uma área de grande fragilidade ambiental e de risco, por estar encaixada num vale. A ocupação

iniciou-se com 50 famílias ocupando essa área, com casas autoconstruídas – primeiro em barracões de madeira e depois passaram para a construção de alvenaria.

**Figura 04: Ocupação Helena Greco**



Fonte: Acervo Brigadas Populares

Entre maio e julho de 2013, iniciou-se uma nova ocupação de sem-teto. Centenas de pessoas ocuparam a região da Mata do Isidoro, que estava destinada para uma grande Operação Urbana prevista pela prefeitura de Belo Horizonte. Entretanto, a demanda não atendida por habitação para famílias que viam boa parte de seus rendimentos serem consumidos pelo aluguel levou a ocupação da área e assim se consolidou três novas ocupações: Rosa Leão, Esperança e Vitória. A ocupação Rosa Leão é vizinha ao bairro Zilah e faz fronteira com a “favelinha”, a ocupação Helena Greco e o conjunto Ubirajara. Essa ocupação cresceu rapidamente, diante da crise habitacional, chegando a 1.500 famílias.

**Figura 05: Ocupação Rosa Leão**



Fonte: Acervo Brigadas Populares

Como observado, há uma imensa heterogeneidade no território periférico da região do Zilah Spósito<sup>2</sup>. Aqui, para fins de exposição, podemos seguir a sugestão de tipologia dos espaços cotidianos proposta por Silke Kapp (2012). Como lembra a autora, os espaços cotidianos são “imensamente variados e complexos” (KAPP, 2012, p.7) – em especial aqueles periféricos. Os três conjuntos habitacionais podem ser descritos como “espaços rigidamente definidos”, em que as “possibilidades de criação de trabalho e renda por iniciativa dos próprios moradores são restritas” (KAPP, 2012, p.9), em geral há pouca variação das unidades e elas passam a integrar, mesmo que contra as regulações, o mercado informal de venda e de aluguel. O loteamento público é um tipo de parcelamento de lote pequeno, produzido pelo poder público voltado para uso familiar. Como descrito por Kapp (2012, p.11), existem poucos espaços públicos além da rua. Depois de consolidado, há pouca fiscalização de parâmetros urbanísticos e, portanto, muita irregularidade nas edificações que se construíram posteriormente. Kapp (2012, p.13) destaca que pode existir interesses em verticalização (de baixa intensidade), mesmo em territórios populares. A ocupação Rosa Leão, mesmo não sendo produzida pelo poder público ou pelo capital privado “reproduz a lógica de parcelamento” (KAPP, 2012, p.13). Entretanto, a ocupação Helena Greco e a Favelinha, estão mais próximas da tipologia do “aglomerado”, que designa parcelas e arruamentos geometricamente heterogêneos (orgânicos),

---

<sup>2</sup> As distinções estabelecidas são bastante semelhantes àquelas encontradas por Feltran (2016, p.53) no distrito de Sapopemba: “há o pessoal que se considera de “classe média” (os chamados playboys, por quem não se considera assim); há os moradores das “casas”, do “bairro”, que vivem mais próximos das avenidas que das favelas; há o pessoal que vive nos “conjuntos habitacionais”, produzidos por políticas públicas; e finalmente há o pessoal da favela”.

traçado irregular e de difícil regularização fundiária e urbanística, e ocupado com edificações diversificadas (barracões, casas em alvenaria de um ou mais pavimentos, etc.). Apesar das diferenças internas, todos esses territórios podem ser descritos a partir de sua “conjunção com a precariedade urbana, a inadequação habitacional, o risco e a vulnerabilidade” (KAPP, 2012, p.16). A região do bairro Zilah Spósito, com sua realidade complexa formada por um mosaico de ocupações diferentes, mostra uma nítida coexistência de diferentes tipologias, revelando assim a complexidade de compreender a periferia e sugerindo que há diferenças que vão para além das tipologias do espaço, mas também envolvem a reprodução social dos indivíduos que lá residem.

### **FRATURAS PERIFÉRICAS NA REGIÃO DO ZILAH**

Nos territórios periféricos é possível observar como uma parte considerável da população se reproduz a partir de diferentes estratégias. Suas estratégias de sobrevivência na adversidade não estão descoladas com o atual momento da acumulação capitalista no sentido mais geral, mas, ao contrário, estão profundamente conectadas. Compreender as diferenças internas nos territórios periféricos a partir das diferentes estratégias de reprodução social pode contribuir para elucidar a natureza do conflito social, ressaltando as fraturas existentes na periferia.

Uma das diferenças mais evidentes que produzem as fronteiras entre as tipologias é vista a partir da presença de infraestrutura pública: No loteamento e nos conjuntos habitacionais há asfalto, esgotamento, água encanada e energia elétrica. Tanto na Favelinha, como nas ocupações urbanas o acesso a esses serviços se dá por meio de “gatos”.

Outra diferença substancial é o tipo de mobilização da propriedade. Daniel Giavarotti (2018) comenta que nas periferias (em especial nas áreas de parcelamento) é comum a utilização da propriedade imobiliária para promover algum tipo de microempreendimento para geração de renda. Uma vez que não há perspectiva de inclusão segura no mercado de trabalho, muitas famílias periféricas acabam criando pequenos negócios para geração de renda. Há uma diferença no tipo desses empreendimentos.

**Figura 06: Tipos de microempreendimentos em dois contextos**



**Microempreendimentos no loteamento Zilah Spósito (Parcelamento pelo poder público)**

Fonte: Acervo dos autores

**Microempreendimentos na Ocupação Rosa Leão (Parcelamento auto-organizado)**

Observa-se uma nítida diferença de dimensão dos empreendimentos. Embora em territórios periféricos, há diferença de renda entre cada localidade e essa diferença se reflete na capacidade de mobilização da propriedade para a geração de renda das famílias. Fica sugerido que tal distinção reflete na geração de renda de cada grupo, ainda que ambos os contextos impliquem um limitado campo de ação e o negócio seja encaminhado com muito trabalho. O interessante é notar que em ambos os casos a mesma propriedade imobiliária é utilizada tanto para o uso residencial como para a criação desses comércios.

Na região do loteamento público a paisagem já está mais alterada e cada unidade, que antes era padronizada pela construção da prefeitura, agora é diferente. Existem muitas mudanças em cada lote, que vão se adaptando, além da abertura dos microempreendimentos, às novas demandas familiares. Observa-se, na região do loteamento Zilah Spósito, alguns lotes já com verticalização de até três andares – há apenas um prédio com cinco andares, ainda em construção.

**Figura 07: Exemplos de verticalização no Zilah Spósito**



Fonte: Acervo dos autores

Em geral essas construções, segundo nossos interlocutores, são voltadas para o aluguel. Esse aluguel é voltado para famílias que não possuem condições de comprar um imóvel próprio ou que é impossibilitada de construir a própria casa por conta dos rendimentos diminutos, que restringem as opções e são obrigados a morar de aluguel. Geralmente as famílias que alugam os imóveis tem um padrão de rendimento inferior as famílias locatárias. Do ponto de vista das famílias locatárias, no entanto, o aluguel é uma importante fonte de renda para o sustento da família. Essa é uma realidade antiga das periferias brasileiras. Nabil Bonduki e Raquel Rolnik (1979, p.67) demonstram que “grande parte dos trabalhadores não possui condições para a compra de um lote e para a edificação”. Assim, instaura-se nas periferias um mercado de aluguéis (formal ou informal) que tem uma destacada importância na dinâmica da reprodução social dessas pessoas. Do ponto de vista do proprietário periférico que constrói casas para alugar significa “uma das únicas e a mais frequente forma de investimento possível, dentro de suas possibilidades, que acrescenta uma renda suplementar ao seu salário e que não está sujeita a oscilações existentes devido à instabilidade no emprego” (BONDUKI; ROLNIK, 1979, p.68).

Essa estratégia é também presente no parcelamento da ocupação Rosa Leão, mas com um padrão construtivo diferente. Ao invés de adotarem a verticalização (em geral mais cara de ser feita), se produz barracões de fundo, onde é alugado também para famílias mais

precarizadas. Segundo interlocutores, muitas famílias ocupantes acabam adotando essa estratégia de geração de renda, mesmo que o rendimento auferido desse aluguel seja relativamente baixo, pois são barracões de apenas um quarto e com a infraestrutura precária. Também observamos essa mesma estratégia até mesmo no Conjunto Ubirajara. As casas geminadas, produzidas sem muros, foram sendo adaptadas e seus proprietários estenderam os muros das casas até o limite da calçada e construíram, voltado para o fundo, pequenos barracões que também foram destinados ao mercado de aluguéis informal.

**Figura 08: Adaptações para aluguel no conjunto Ubirajara**



Fonte: Fotomontagem a partir de imagens de satélite Google Earth

Por fim, há uma diferença entre os espaços estudados que está relacionada com o padrão de relacionamento com o poder público. Tanto o loteamento público do Zilah Spósito como os conjuntos habitacionais (Ubirajara/Zilah I; Zilah II; Zilah III) são resultado da ação da política municipal de habitação e, portanto, não se percebem em “risco” de perderem sua casa. Há uma maior sensação de segurança por parte dos proprietários que residem nessas localidades do que aqueles que residem nas Ocupações Helena Greco e Rosa Leão ou até mesmo na Favelinha, apesar de maior tempo de consolidação. Nessas localidades, há uma perene sensação do risco de a família ser obrigada a se submeter novamente a condição de transitoriedade permanente dada a insegurança de posse que vivenciam, por conta da informalidade da habitação (ROLNIK, 2016).

Ainda assim, deve-se notar que são exatamente essas áreas as que mais crescem na região do estudo. A partir de relatos de interlocutores, é a Ocupação Rosa Leão e a Ocupação Helena Greco que ainda recebem novos moradores, indicando que o acesso a habitação na metrópole segregada ainda ocorre por meio da informalidade para boa parte da população.

Espaços consolidados com o mercado de moradia mais formalizado limita o acesso dessa população que continua buscando moradia a partir da ocupação ou do mercado informal de terras.

Cabe salientar que é recorrente nos espaços analisados (com exceção dos conjuntos habitacionais) a utilização de um espaço do lote para plantio de pequena escala, como uma forma de composição do salário familiar. O provimento do autossustento alimentar familiar é uma estratégia antiga que se reproduz nas periferias brasileiras e na região do Zilah Spósito não é diferente. Faz parte de uma estratégia de complementação salarial que contribuiu na reprodução familiar.

Outras estratégias de reprodução social precisam de maior aprofundamento vindo dos trabalhos de campo. É possível indicar aqui que parece existir diferença no tipo de trabalho que as pessoas que vivem em cada território conseguem que guarda uma certa homologia com o espaço de habitação: moradia mais formal está relacionada com trabalhos mais formais e espaços de moradia informal está relacionada com trabalhos mais informais e precários<sup>3</sup> – no entanto, vale notar que o processo de plataformização do trabalho através dos *apps* tem se disseminado. Além disso, deve-se considerar também a presença do mundo do crime como uma estratégia de reprodução de parte da população<sup>4</sup>. Compreender melhor esses fenômenos demanda um maior tempo de campo para a pesquisa ainda em curso.

## **REPRODUÇÃO SOCIAL CRÍTICA**

As estratégias de sobreviver na adversidade envolve composições complexas que são legitimadas pelas práticas de vida cotidiana dos grupos periféricos. A vida que essas pessoas levam, as obriga a pensar uma combinação dessas estratégias e articulá-las de modo a aumentar a eficiência de sobrevivência. Como visto, diferentes formas de sobreviver são mobilizadas pelos grupos sociais periféricos que, apesar de apresentarem algum grau de convergência, possuem diferenças importantes. Conseguir mapear tais diferenças e perceber suas distinções pode ser importante para melhor compreender a reprodução material da vida desses grupos.

<sup>3</sup> Como vem demonstrando Cibele Rizek (2019).

<sup>4</sup> Como vem demonstrando Gabriel Feltran (2011).



Nesse contexto, que poderíamos denominar de *reprodução social crítica*, as estratégias são sempre (re)mobilizadas, atualizadas, abandonadas, retomadas, etc. Envolve formas de mobilização da propriedade privada para microempreendimentos ou para aluguéis, realização de “gatos”, geração de autossustento a partir da terra, trabalho feminino gratuito, trabalho precarizado, renda do salário, e envolvimento com atividades ilícitas. Esse contexto de reprodução social crítica parece dar a unidade dos espaços periféricos como o produto, a condição e o local onde a precariedade se constitui como parâmetro da reprodução social.

Esse contexto é resultado de uma dinâmica de transformação do tecido social que é caracterizado por Gabriel Feltran (2016, p55) como um “cenário de deslocamento do trabalho, da família, da religião, da infraestrutura urbana, do consumo, do acesso a políticas e das dimensões de sua representação e atores políticos”.

A experiência periférica, em vista disso, acontece de acordo com um gradiente formado por uma série de tons, mas que existe meio a opacidade na distinção entre o lícito e o ilícito, o formal e o informal; além de conceber no seu cotidiano a precarização do trabalho, o controle militarizado da vida, as ordens de poder diluídas (entre os agentes do território - associação de moradores, organizações criminosas, frentes religiosas etc. - e os agentes no território - Estado, Polícia Militar, ONGs...) e, especialmente, o estigma e a identidade dos sujeitos que partilham tal experiência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos ter sido possível demonstrar que periferias são espaços de grande complexidade, marcado por fraturas e fronteiras que delimitam, em seu próprio interior, diferentes tipos de moradia, de relação com o Estado, de expectativas, de mobilização do ambiente construído e de relações cotidianas. Dessas diferenças resultam tipologias específicas que podem ser utilizadas para um maior refinamento nas nossas análises, contribuindo para melhor compreender o fenômeno urbano e como este se manifesta nas periferias. Apesar das recentes transformações das tendências da urbanização, no entanto, não se supera a dicotomia centro x periferia como alguns trabalhos contemporâneos parece sugerir. Como buscamos

descrever, a separação é ainda pertinente para compreender o processo de produção do espaço urbano desde que se reconheça os diferentes matizes que existem no interior da periferia.

Reconhecer essa complexidade, constituída como um mosaico de práticas sociais, significa também reconhecer que os indivíduos estão sempre transitando entre diferentes regimes normativos para garantir sua reprodução. Assim, diferentes composições entre o formal e o informal, o lícito e o ilícito, o legal e o ilegal se manifestam nas periferias, mesmo diante de processos gerais que precarizam as relações cotidianas e ampliam as vulnerabilidades que a população periférica está sujeita, em especial no atual contexto de encolhimento significativo do trabalho formal. Dessa maneira, novas configurações e mediações surgem nos espaços periféricos que devem ser descritas e analisadas para melhor compreender as liminaridades, porosidades, diferenças e indiferenças nesses territórios.

Por fim, sugerimos a noção de *reprodução social crítica* para tentar descrever o processo pelo qual os indivíduos periféricos garantem a sobrevivência. Assim, esperamos contribuir para melhor descrever o processo histórico de formação e desconstrução de certas formas sociais. Olhar para a periferia, em seus diferentes matizes, significa compreender melhor o desdobramento de uma prática social contraditória que é o capital, que logrou instituir uma forma de reconhecimento e mediação social baseada no trabalho mas, com a outra mão, bloqueia os meios efetivos de parte da população se reproduzir nesses termos. Com isso, gostaríamos de sugerir que, apesar da diversidade de maneiras de manifestação dessa reprodução social crítica, existe uma unidade sintética ao processo dado pelo o que podemos chamar de forma-periferia, que parece esclarecer o processo de colapso permite colocar em destaque o derretimento das formas sociais anteriormente erigidas no sistema produtor de mercadorias.

## REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. 2018. Uberização e viração: mulheres periféricas no centro da acumulação capitalista. **Margem Esquerda**, n.31, p.54-59.

ANTUNES, Ricardo. 2018. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviço na era digital**. São Paulo: Boitempo.

BONDUKI, Nabil; ROLNIK, Raquel. 1979. **Periferias: ocupação do espaço e reprodução da força de trabalho**. São Paulo: FAUUSP.

CANETTIERI, Thiago. 2020. **A condição periférica**. Rio de Janeiro: Consequência.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. 2002. Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. **Cadernos de Pesquisa**, n.116, p.143-176.

DENNING, Michael. 2010. Wageless life. **New Left Review**, 66.

FELTRAN, Gabriel. 2011. **Fronteiras de tensão: política e violência nas periferias de São Paulo**. São Paulo: Editora Unesp.

FELTRAN, Gabriel. 2014. O valor dos pobres. **Caderno CRH**, Salvador, v.27, n.72, p.495-512.

FELTRAN, Gabriel. 2016. Transformações sociais e políticas nas periferias de São Paulo. In: ROLNIK, Raquel; FERNANDES, Ana. (Orgs.). **Cidades: coleção ensaios do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Funarte.

GIAVAROTTI, Daniel. 2018. **Eles não usam macacão: crise do trabalho e reprodução do colapso da modernização a partir da periferia da metrópole de São Paulo**. Tese. Doutorado em Geografia. São Paulo: USP.

KAPP, Silke. 2012. Uma tipologia de espaços cotidianos. **Risco**, n.15, p.5-20.

KOWARICK, Lucio. 1979. **Espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

LAGO, Luciana. 2009. Trabalho e moradia na periferia: para uma política urbana economicamente orientada. **Revista em Pauta**, v.6, n.24, p.31-47.

MARICATO, Ermínia. 1996. **Metrópole na periferia do capitalismo**. São Paulo: Hucitec/Série Estudos Urbanos.

MARICATO, Ermínia. 2003. Metrópole, legislação e desigualdade. **Estudos Avançados**. V.17, n.48.

MENEGAT, Marildo. 2019. **A crítica do capitalismo em tempos de catástrofe**. Rio de Janeiro: Consequência.

OLIVEIRA, Francisco. 2003. **Crítica da razão dualista**. São Paulo: Boitempo.

PEREIRA, Rosangela; SANTOS, Leonor. 2008. A dimensão da insegurança alimentar. **Revista de Nutrição**, v.21, p.7-13.

RIZEK, Cibele. 2019. Um mosaico macabro: modulações contemporâneas sobre o trabalho, a moradia e a violência do Estado. **Proposta**, v.129, p.10-19.

ROLNIK, Raquel. 2016. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo.

SANTOS, Kauê. 2014. Uma nova pobreza urbana? A financeirização do consumo na periferia de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v.16, n.1, p.153-167.

SCHWARZ, Roberto. 2019. **Seja como for**. São Paulo: Cia das Letras.

WACQUANT, Louis. 2007. **Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos**. Rio de Janeiro: Revan.